



escola de gestores
da educação básica

ESCOLA MUNICIPAL CORONEL MELVINO FERRAZ

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

O PAPEL DO GESTOR NA RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA

MARIA SILMA GOMES DA SILVA

PONTO DOS VOLANTES, 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

O PAPEL DO GESTOR NA RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação do Professor Alexandre Gomes Soares do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus pela vida que me destes. Aos meus familiares pela paciência e força nos momentos difíceis. Ao professor orientador Alexandre Gomes Soares pelo apoio, dedicação e paciência comigo. Aos meus amigos que estão sempre ao meu lado me incentivando Adriana de Souza Vital, Ricardo Gonçalves dos Santos e Eliane Ribeiro Pacheco. Agradeço a todos que possibilitaram minha caminhada até aqui.

“É necessário diminuir a distância entre o que se fala e o que se faz, de tal maneira que num dado momento a tua fala seja a tua prática.”

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho aborda o papel do gestor e da família na escola, sendo assim a relação escola e família, são peças-chaves nesse processo. Este artigo tem como objetivo analisar a importância do papel do gestor no processo de estreitamento na relação escola-família, na Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz, além disso, compreender como a família tem sido ausente na vida escolar dos seus filhos. A ausência da família no acompanhamento dos seus filhos na escola tem sido usada como argumento pelos professores como um dos fatores do insucesso dos alunos. Diante disso percebe-se a necessidade de um acompanhamento constante das famílias na vida escolar de seus filhos para que tanto a escola quanto a família consigam desempenhar seus papéis em função de uma educação de melhor qualidade, e garantir uma gestão participativa por parte de ambos. Essa interação entre escola- família é de suma importância no processo do ensino- aprendizagem. O gestor educacional deve procurar estabelecer canais que favoreçam a troca de ideias, a participação mais efetiva mostrando-se aberta ao pluralismo de ideias, atuando como mediador, servindo como instrumento na busca de uma educação mais cidadã, participativa e democrática. A metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa in loco e bibliográfica baseada em alguns autores como LIBÂNEO (2004), VARANI (2010) CASTRO (2009) e REGATTIERI (2009), tendo como suporte o Projeto Político e Pedagógico da escola, contribuindo para a ampliação da abordagem sobre o tema.

Palavras-chave: Gestão Educacional; Gestão Participativa; Ensino - aprendizagem.

TABELA

TABELA 01 - A família conhece os seus direitos e deveres na escola.....	08
TABELA 02 - O gestor tem boa abertura para a participação da família na escola..	09
TABELA 03- Existe boa participação dos pais/responsáveis nas reuniões escolares-	10
TABELA 04- Como você avalia a participação dos pais ou responsáveis na vida escolar dos filhos.....	10
TABELA 05 – Como é a relação entre pais/ responsáveis, professores e gestores no dia-a-dia.....	13

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	05
2. A ATUAÇÃO DO GESTOR NA RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA.....	07
2.1. DESAFIOS ENFRENTADOS NO COTIDIANO DO GESTOR ESCOLAR.....	12
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
REFERÊNCIAS	19
ANEXOS.....	21
ANEXO DO QUESTIONÁRIO.....	22
ANEXO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	24

1. INTRODUÇÃO

É inegável a importância da interação escola-família no processo de desenvolvimento ensino-aprendizagem. Portanto, a relação escola e família, são peças-chaves nesse processo. Este trabalho tem como objetivo analisar a importância do papel do gestor no processo de estreitamento na relação escola-família na escola municipal Coronel Melvino Ferraz, no município de Rubim.

Foi realizada uma pesquisa *in loco*, utilizando como instrumento um questionário contendo treze questões, sendo este respondido por dezessete professores e um vice-diretor que com base no resultado deste questionário serviu para nortear o diálogo com o diretor e o vice-diretor, onde foram feitos levantamentos de informações referentes à vida escolar dos alunos e da família, utilizando-se conversa informal.

A metodologia utilizada neste trabalho foi à pesquisa bibliográfica e *in loco*, sendo o instrumento utilizado na pesquisa *in loco* um questionário com os profissionais, tendo como suporte o Projeto Político e Pedagógico da escola, possibilitando a ampliação da abordagem sobre o tema.

Apesar da complexidade do tema é importante compreender a partir deste trabalho que o papel do gestor escolar é fundamental no desenvolvimento dos alunos, sendo assim é importante também perpassar sobre a conjuntura da educação desde os seus primórdios, para analisar a realidade hoje.

Nas últimas décadas do século passado, em particular, após a promulgação da atual constituição em 1988, a sociedade começa a ter consciência maior sobre a importância da educação no processo de desenvolvimento de seus filhos e que o papel da escola é garantir que o aluno desenvolva habilidades capazes de garantir a sua inserção social. Portanto, a relação escola-família nas últimas décadas tem-se estreitado cada vez mais. A escola tem procurado cada vez mais aproximar das famílias. As famílias passam a ser vistas como parceiras no processo de desenvolvimento escolar.

Segundo BRASIL (2009) pode-se observar que:

[...] o conhecimento da realidade precária, que comprometia as condições de escolarização de uma grande parcela do alunado, em vez de abrir caminho para novas práticas educacionais, acabou sendo usado, muitas vezes, como álibi sentindo-se sobrecarregada, a escola eximiu-se de responsabilidades e jogou sobre as crianças e suas famílias o ônus do fracasso (BRASIL, 2009.p.18).

PARO (2001, p. 58) salienta que quanto ao papel da família para com a educação, enfatiza a importância da adesão dos pais aos propósitos educativos da escola e destaca “[...] que essa adesão precisa redundar em ações efetivas que contribuam para o bom desempenho do estudante”. Conforme este autor, para o bom desempenho dos alunos há um caminho longo a percorrer no interior da própria escola, “[...] em termos da adequação de seus objetivos e de seu aparelhamento material, humano e metodológico”.

Sendo assim, tanto a escola quanto a família devem cumprir com os seus papéis para que não haja transferências de responsabilidades. Pode-se observar que:

Uma das principais causas diagnosticadas da fragilidade da interação das famílias com as escolas é que a maioria dos usuários do ensino público não tem a cultura de exigir educação de qualidade para seus filhos. Pesquisas envolvendo pais de alunos de escolas públicas atestam que, para a maior parte destes, o direito à educação continua sendo confundido com vaga na escola, acesso ao transporte, ao uniforme e à merenda escolar (BRASIL, 2009.p.36).

Percebe-se assim, que muitos pais também não têm clareza de seu papel e como contribuir na vida escolar de seus filhos, qual é o real papel da escola e da família neste processo. Muitas transformações em nossa sociedade acarretaram a divisão de responsabilidades, parte desta responsabilidade é da escola e parte é da família, no entanto para o Estatuto da Criança e do adolescente, lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:

È dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990)

Assim fica evidente que todos são responsáveis pelo bem estar da infância e devem zelar para a garantia dos direitos destes, não devendo ter uma transferência de responsabilidade entre escola e família.

Segundo MALAVAZI (2000, p. 258) citado por Adriana Varani e Daiana Cristina Silva, (2009, p. 515), há uma troca de papéis entre família e escola, em que a instituição de ensino está cada vez mais se preocupando com normas de condutas de crianças e a família se ocupando do ensino de seus filhos, mas [...] algumas atribuições são específicas da família que tem o direito de reivindicá-las para si, enquanto outras cabem à escola que, pela sua natureza, poderá ocupar-se melhor delas.

2- A ATUAÇÃO DO GESTOR NA RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA

Segundo FERREIRA (2001) administração "é um conjunto de princípios, normas e funções que tem por fim ordenar os fatores de produção e controlar a sua produtividade e eficiência, para se obter determinado resultado".

MARTINS (1994, p. 22) define a administração como "processo de planejar para organizar, dirigir e controlar recursos humanos, materiais, financeiros e informacionais, visando à realização de objetivos".

Portanto, quando se refere à gestão enfatiza-se como a escola é administrada, como ela se organiza sob diferentes aspectos, desde o financeiro ao pedagógico voltado para alcançar objetivos contemplados.

Ao longo do período militar, construiu-se uma escola fechada e autoritária onde o gestor geralmente escolhido mediante indicação política verticalizava as decisões, o que contribuiu para o afastamento da família dos processos decisórios da escola e conseqüentemente para o seu caos. A partir dos anos 80, com o processo de abertura política no Brasil, a sociedade brasileira tem despertado para a necessidade de envolver nos processos decisórios em suas diferentes esferas.

Ao longo do tempo esse cenário foi sofrendo alterações a partir da construção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) promulgada em 1996. De acordo com VIEIRA:

A LDB remete à legislação dos sistemas de ensino o detalhamento do princípio da gestão democrática, o que irá depender das peculiaridades dos diferentes estados e municípios. Em muitas unidades de federação, a gestão democrática tem se traduzido em experiências de escolhas de

diretores com grande envolvimento da comunidade escolar, assim como em conselhos escolares e outras formas de organização que viabilizam a participação. As formas são diversas, mas, por diferentes caminhos, tem se buscado ampliar e compartilhar os destinos da gestão escolar, mas este é um dos aspectos da democracia na escola (VIEIRA, 2002, p.32).

Segundo os autores João Ferreira de Oliveira, Karine Nunes de Moraes e Luiz Fernandes Dourado – UFG, (2010, p.6) relatam que:

A implementação do processo de gestão democrática tem sido entendida como uma necessidade no sentido de redirecionamento dos novos marcos de gestão em curso, cuja ênfase recai sobre novos procedimentos e transparências nas ações. A esse respeito, ressalta-se, no âmbito das políticas educacionais voltadas para a educação básica, a noção de autonomia imputada às escolas, traduzidas na noção das escolas enquanto núcleo de gestão, cuja máxima reside na possibilidade de a instituição se organizar, sobretudo por meio de órgão consultivos e deliberativos que contem com participação de representantes de todos os segmentos da comunidade local e escolar, de forma a pensar, planejar, elaborar e implementar seus projetos. (OLIVEIRA; MORAES; DOURADO, 2010, p.6).

No entanto para que a escola pense em uma forma de se organizar por meio de órgãos consultivos e deliberativos, que contem com a participação de todos no que diz respeito à participação de vários segmentos, a família precisa conhecer os seus direitos e deveres, o que na percepção dos profissionais de educação investigados a grande parte da família não conhece os seus direitos e deveres na escola.

Tabela 01

A família conhece os seus direitos e deveres na escola?	
Conhecimento dos direitos e deveres	Porcentagem
Sim	8%
Não	92%

Fonte: elaborada pela autora.

Assim percebe-se a necessidade e importância do envolvimento de gestores e profissionais da educação quanto da família e toda sociedade civil na organização, para repensar a escola com uma gestão descentralizada e participativa, onde todos esses atores contribuem para o processo de ensino – aprendizagem baseado no contexto local. Segundo VALERIEN (2005):

Os contatos com os pais podem, por vezes, ir além da simples informação e dar lugar à participação dos pais na vida da escola. Esta participação, que será analisada mais pormenorizadamente, é uma das funções implícitas da ação do diretor, mesmo se ela não se encontrar expressamente definida nos textos ou nas práticas habituais. Percebe-se assim umas das funções do gestor que é de suma relevância no processo de viabilizar a participação escolar, tendo como início o contato direto com os pais (VALERIEN, 2005.p.138).

Diante dessa reflexão, foi possível constatar por meio dos questionários que o gestor é visto como boa gestão participativa na escola, conforme Tabela 02.

Tabela 02

<u>O gestor tem boa abertura para a participação da família na escola?</u>	
<u>Abertura do gestor para participação</u>	<u>Porcentagem</u>
Sim	98,0%
Não	0,0%
As Vezes	2,0%

Fonte: elaborada pela autora.

Nota-se a partir da tabela acima que existe uma boa abertura do gestor para com a família, no entanto nem todas as famílias têm o hábito de participar. Ao se remeter sobre a participação dos pais na vida da escola é importante também que a família compreenda qual o objetivo deste espaço, para que haja uma participação efetiva.

Segundo LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI (2007, p.304) citado por Adriana Verani e Daiana Cristina Silva, (2009, p. 515) afirma que o objetivo primordial da escola é o ensino e aprendizagem dos discentes e pontuam que “é a escola como um todo que deve responsabilizar-se pela aprendizagem dos alunos [...]” À instituição de ensino cabe também o reconhecimento da importância da colaboração dos pais na história e no projeto escolar, o auxílio as famílias no exercício de seu papel na educação, no seu desenvolvimento e no sucesso profissional de seus filhos e, concomitantemente, na transformação da sociedade. Enquanto MENESES et. al (1999) afirma que houve época em que a escola podia fechar-se para a comunidade e , ainda assim, continuar funcionando com razoável grau de aceitação. Era uma época em que a escola constituía, na expressão de Anísio Teixeira, um clube fechado, em que os professores recusavam o diálogo com os pais de alunos, por

entenderem que a presença deles na escola apenas servia para tumultuar os trabalhos, sem nada trazer de positivo.

No levantamento realizado foi possível constatar pelas respostas dos profissionais que não há uma boa participação dos pais e/ou responsáveis nas reuniões escolares. O que pode ser notado nos dados da Tabela 03 a seguir.

Tabela 03

Existe boa participação dos pais/responsáveis nas reuniões escolares?

Existe boa participação dos pais.	Porcentagem
Sim	20,0%
Não	71,0%
Às Vezes	9,0%

Fonte: elaborada pela autora.

De acordo com MENESES *et. al* (1999) houve épocas em que a escola podia ser fechada e mesmo assim existia um grau de aceitação das famílias, a tabela e os dados deste trabalho mostram diferentes pois, como dito existe abertura da escola para a participação da família, mas nem todos os pais e responsáveis participam das reuniões escolares.

Para NÉRICI (1972), o distanciamento da família da escola tem sido apontado como um dos principais fatores responsável pelo baixo desempenho dos alunos é evidente que não podemos atribuir a este distanciamento como a principal causa não só do baixo desempenho, mas também de outras dificuldades enfrentadas pelos professores na sua prática docente. Diante desta reflexão pode averiguar na Tabela 04 que segundo os profissionais da educação da escola pesquisada 79% possuem uma participação regular na vida escolar.

Tabela 04

Como você avalia a participação dos pais ou responsáveis na vida escolar dos filhos

Participação dos pais na vida escolar	Porcentagem
Ótima	0,0%
Boa	5,0%
Regular	79,0%
Péssima	16,0%

Fonte: elaborada pela autora.

Nota-se que segundo NÉRICI (1972) o baixo desempenho de alunos não está associado somente ao distanciamento da escola, mas percebe-se de acordo com o resultado demonstrado acima que este é um dos principais fatores que influenciam na vida dos alunos, pois, se a família não acompanha de perto, a tendência de baixo desempenho é maior e assim tende a aparecer outras dificuldades que os professores vão enfrentar no dia-a-dia.

Durante conversa informal, os gestores relataram que a ausência da família no acompanhamento dos filhos na escola tem sido um dos fatores do insucesso dos alunos, pois não é uma participação efetiva da família na vida escolar dos filhos como nas reuniões de pais, averiguação da frequência e participação dos filhos em sala de aula no dia-a-dia.

Diante dos depoimentos, fica clara a importância da participação da família nas ações da escola. O gestor educacional deve procurar estabelecer canais que favoreçam a troca de ideias, a participação mais efetiva mostrando-se aberta ao pluralismo de ideias, atuando como mediador servindo como instrumento na busca de uma educação mais cidadã, participativa e democrática.

Assim, Segundo MENESES et. al (1999) por diversas razões e, principalmente, pelos condicionantes da evolução histórica do sistema escolar brasileiro, não se conseguiu, até o momento, desenvolver junto às escolas um programa abrangente de relacionamento com a comunidade. A centralização exagerada que até recentemente caracterizou a administração educacional e a falta de tradição de participação da sociedade na solução dos problemas educacionais inibiu a inserção da escola nos grupos sociais a que servem. Por outro lado, ainda não se deu a compreensão exata do papel da educação fundamental e média, de suas fraquezas e de suas forças e ainda não está claro se a escola é, na verdade, uma instituição aberta, desejosa de ouvir as vozes quer coletiva, quer individual que se levantam na sociedade.

Para os autores João Ferreira de Oliveira, Karine Nunes de Moraes e Luiz Fernandes Dourado – UFG, (2010, p.1) do texto Gestão Financeira Descentralizada: Planejamento, aplicação e Acompanhamento de Recursos dizem que;

Se o princípio básico da administração ou gestão é a coerência entre meios e fins, a forma de gestão da instituição escolar não deve divergir das finalidades estabelecidas. Isso significa que, se a escola é o espaço

privilegiado de formação humana e socialização do saber sistematizado e se a construção desse saber pressupõe a participação de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo, como condição básica para que a formação se concretize, a gestão dessa instituição precisa ser transparente, contando com a participação de todos (OLIVEIRA; MORAES; DOURADO, 2010, p.1).

De acordo com os autores citados acima a gestão da escola precisa ser transparente e ter a participação de todos no processo, que envolve a vida cotidiana bem como o processo pedagógico, entretanto PARO (2001, p.67) citado por Adriana Verani e Daiana Cristina Silva, (2009, p. 516) destaca que, a participação dos pais e da comunidade no processo pedagógico “[...] não pode cair no equívoco de delegar aos pais e à comunidade aquilo que compete ao Estado, por meio da escola, realizar.” Não se trata de os pais prestarem uma ajuda unilateral à instituição de ensino nem da escola repassar parte de seu trabalho aos pais; não basta permitir formalmente que as famílias participem da administração da escola e também” [...] não se pode exigir que eles participem do que não tem condições de dar conta e que é obrigação da escola fazê-lo.

2.1- DESAFIOS ENFRENTADOS NO COTIDIANO DO GESTOR ESCOLAR

O processo de desenvolvimento industrial que o Brasil atravessou a partir da segunda metade do século XIX contribuiu para o nosso processo de urbanização. O papel da mulher até então limitado a cuidar e educar os filhos começa diluir-se, sua participação no mercado de trabalho e á distancia cada vez mais dos filhos, gradativamente a escola vai assumindo funções antes delegadas á família.

De acordo com LOPES:

No caso brasileiro basta lembrar-se de nossos avós – em muitos casos, de nossos pais – para verificar que há 50 ou 100 anos a escola não era a instituição que é hoje local indispensável para a formação do indivíduo [...] Hoje, com todo o avanço tecnológico, não se pode mais pensar assim. A escola é indispensável não só para a formação profissional, mas principalmente para a integração da pessoa ao mundo da comunicação escrita que domina o cenário cotidiano (LOPES, 2003, p.449).

Segundo Nelson Elinton Fonseca Casarin e Maria Beatriz Jacques Ramos:

Nos últimos vinte anos, várias mudanças no plano socioeconômico e cultural, relacionadas ao processo de globalização, vem interferindo na

dinâmica e estrutura familiar e, conseqüentemente, estimulando alterações em seu padrão tradicional de organização. Embora, esse processo tenha começado com a Revolução Industrial, a interferência nas configurações familiares passa por grandes mudanças; depois da II Guerra Mundial, a mão de obra feminina aumentou em virtude da ausência masculina no mercado de trabalho. Outro aspecto a ser ressaltado, remete ao sentido da escola no contexto da família ao longo do tempo. Pois, essa dará continuidade na educação dos filhos, sem se tornar responsável por esse processo, já que a responsabilidade fundamental é do núcleo familiar (CASARIN; RAMOS, 2007, p.2).

Apesar de concebermos a escola como uma instituição indispensável para a formação profissional, mas principalmente para integrarmos ao mundo, ainda é muito grande o número de pais que não participam ativamente da vida escolar de seus filhos.

Nota-se que há um conflito que não traduz as reais causas deste distanciamento. Segundo LOPES (2003):

[...] a impressão que temos hoje é que as famílias e as escolas encontram-se em acirrado conflito. Se perguntarmos aos pais, possivelmente obteremos uma extensa lista de insatisfações quanto á escola que cuida de seus filhos. Se fizermos a interrogação aos professores, é provável que estes apontem inúmeros aspectos em que as famílias deixam a desejar (LOPES, 2003, p.447).

Na percepção dos profissionais da educação a relação dos pais/responsáveis é regular, conforme dados identificados na Tabela 05.

Tabela 05
Como é a relação entre pais/ responsáveis, professores e gestores no dia-a-dia?

Relação entre pais, professores e gestores.	Porcentagem
Ótima	1,0%
Boa	10,0%
Regular	81,0%
Péssima	8,0%

Fonte: elaborada pela autora.

De acordo com Nelson Elinton Fonseca Casarin e Maria Beatriz Jacques Ramos, a instituição escolar e a família compartilham a mesma função educacional:

Acredita-se que a família e a instituição escolar compartilham a mesma função educacional, embora uma não possa fazer o serviço da outra. Nos tempos atuais, o desempenho dos pais deixa muito a desejar, principalmente, nos modelos de ensino aprendizagem, pois isto exige prática, acompanhamento e sustentação emocional, já que a criança ou

adolescente não apresenta maturidade suficiente para enfrentar suas dificuldades sem a presença e os limites colocados pelo adulto (CASARIN, RAMOS, 2007, p.6).

Assim, após análise do PPP - Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz detecta-se que o não envolvimento da família constitui ainda um dos desafios da escola. De acordo com o PPP pode-se dizer que a relação entre escola e família é presente no momento em que a criança é matriculada no estabelecimento de ensino. Contudo, nota-se que a presença da família no cotidiano escolar está basicamente no ato da realização da matrícula do filho (a) na rede regular de ensino e não há um acompanhamento constante em sala de aula por parte de pais ou responsáveis para averiguar a situação em que os filhos se encontram no dia-a-dia. Nesta corrente, cabe aos sistemas de ensino o estabelecimento de programas e políticas que ajudem as escolas a interagir com as famílias, apoiando assim o processo desenvolvido pelos professores junto aos alunos (BRASIL, 2009, p.15).

De acordo com o PPP da Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz parte do alunado é adjacente do campo, tendo o transporte disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação para a sua locomoção de casa para a escola, porém, no período chuvoso há interrupções no transporte por falta de pavimentação nas vias do campo, comprometendo assim a frequência dos alunos e, conseqüentemente, sua aprendizagem.

A ausência da família neste contexto não pode ser atribuída à falta de comprometimento da família ou à falta de tempo disponível, mas sim a fatores estruturais tais como transporte e vias inadequadas de locomoção em períodos de chuva. Devemos ressaltar que a escola objeto deste trabalho está localizada em um dos municípios mais carentes do vale do Jequitinhonha, a escola atende em sua maioria alunos oriundos das classes sociais menos favorecidas.

O papel do gestor neste contexto é fundamental como articulador ou de criador de mecanismos que venha a facilitar a presença da família na escola. De acordo com o PPP da escola cabe ao sistema de ensino o estabelecimento de programas e políticas que ajudem as escolas a interagir com as famílias. A própria escola através do seu gestor deve estabelecer mecanismos que venha a favorecer a interação entre escola-família. As dificuldades apontadas no PPP não podem de

forma alguma ser fator responsável pela ausência da família na escola. Se persistirem estas dificuldades cabe ao seu gestor ir até a família. Projeto Político Pedagógico da escola municipal Coronel Melvino Ferraz, 2013.

Segundo LIBÂNEO:

Muitos dirigentes escolares foram alvos de críticas por práticas excessivamente burocráticas, conservadoras, autoritárias, centralizadoras. Embora aqui e ali continuem existindo profissionais com esse perfil, hoje estão disseminadas práticas de gestão participativa, liderança participativa, atitudes flexíveis e compromisso com as necessárias mudanças na educação (LIBÂNEO, 2004, p. 27).

A cultura da centralização adotada em pleno século XXI inviabiliza as decisões que deveriam ser coletivas, acabam não sendo discutidas, isto, constitui uma prática autoritária que ainda persiste em muitas escolas. Ir ao encontro do outro talvez seja uma dificuldade do gestor da Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz que deve ser superada. Hoje, segundo LIBÂNEO (2004) estão disseminadas práticas de gestão participativa, liderança participativa, atitudes flexíveis e compromisso com as necessárias mudanças na educação.

Não podemos deixar de ressaltar que cabe ao gestor da unidade escolar promover a integração entre escola e comunidade, mas para que esse papel ocorra é preciso sair deste mundo fechado, centralizador e autoritário que caracteriza as relações em muitas escolas hoje no Brasil.

No entanto segundo Nelson Elinton Fonseca Casarin e Maria Beatriz Jacques Ramos:

O adulto, no caso dos pais, tem o dever de orientar os filhos a desenvolver hábitos frente aos adultos. A tarefa de educar não cabe somente à escola, embora também seja um dos seus papéis. A participação da família na escola é fundamental para o bom desempenho escolar (CASARIN, RAMOS, 2007, p.7).

De acordo o PPP da escola, deve-se efetivar condições e possibilidades de acompanhamento e participação dos pais, responsáveis e comunidade em geral no processo educacional. Mesmo enfrentando problemas inerentes ao desenvolvimento dessa prática, a escola tem avançado no sentido de trazer a comunidade escolar a uma maior participação nas decisões, sejam em reuniões de pais e mestres, conselhos, assembleias, apresentações de projetos, participação na reelaboração do PPP, fazendo com que a gestão assuma características de democracia necessária ao crescimento da mesma.

A comunidade escolar reúne apenas uma vez ao ano para atualizar o Projeto Político Pedagógico, tomar conhecimento dos resultados das Avaliações Sistemáticas e saber quais estratégias serão adotadas no PIP - Programa de Intervenção Pedagógica. Devido o grande número de alunos e pela falta de espaço para receber os pais a maioria das decisões é tomada pelo Colegiado Escolar que mesmo tendo representantes de todos os segmentos da comunidade ainda é um número pequeno. O desejo da comunidade escolar é que haja assembleias onde todos possam participar, opinando e propondo sobre o que consideram importante para a melhoria da qualidade da educação ofertada pela instituição escolar.

Portanto, a atualização do PPP, não pode ficar restrita a apenas um momento ao longo do ano letivo conforme informação do PPP. A falta de espaço físico não pode ser usada para justificar a tomada de decisões inerente a todos, por apenas um pequeno grupo. O espaço de discussão e atualização do PPP não pode estar restrito apenas aos espaços da escola, estas reuniões podem ocorrer em espaços maiores tais como: igreja, quadras esportivas, etc. A escola deve ter no seu PPP um documento que deve ser revisto regularmente. Esse cuidado que a escola deve ter facilitará o alcance de sua missão que é desenvolver mecanismos para melhorar a formação do alunado, desenvolvendo competências para criticar, participar e enfrentar a sociedade em que vive, preparando-os para o exercício da cidadania, oferecendo um ensino de qualidade, atendendo as especificidades de cada aluno e necessidades regionais num processo que se desenvolve.

Sendo assim o papel do gestor é fundamental na construção de uma nova cultura na escola, a cultura da participação.

Nesse tipo de abordagem, a aproximação das famílias tem como ponto inicial o conhecimento sobre as condições de vida dos alunos e sobre como elas podem interferir nos processos de aprendizagem. Para estabelecer o diálogo, a escola tanto recebe as famílias quanto vai até elas por meio de visitas domiciliares, entrevistas com familiares, enquetes, troca de informações com outros agentes sociais que interagem com as famílias, como os agentes de saúde do Programa Saúde da Família etc. A equipe de gestão escolar atua na preparação dessa aproximação e no planejamento das atividades pedagógicas a partir do que foi apreendido sobre os alunos e seu contexto familiar (BRASIL, 2009.p.37).

De acordo com ICAMI TIBA (1998, p. 164) a escola precisa alertar os pais sobre a importância de sua participação, o interesse em acompanhar os estudos dos filhos é um dos principais estímulos para que eles estudem. Uma família que só exige da escola sem contribuir em nada está educacionalmente aleijada.

CHALITA:

Afirma que por melhor que seja uma escola, por mais bem preparados que estejam seus professores, nunca uma escola irá suprir a carência deixada por uma família ausente, ou seja, os pais têm a responsabilidade pela educação da criança e devem participar ativamente sobe pena da escola não conseguir atingir o seu objetivo (CHALITA, 2001, p.17-18).

No parágrafo único do Capítulo IV do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1991), diz que: “é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais”, ou seja, trazer as famílias para o convívio escolar já está prescrito no Estatuto da Criança e do Adolescente o que está faltando é concretizá-lo, é por a lei em prática.

No artigo 227 do capítulo VII da Constituição Federal afirma o seguinte: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, saúde, alimentação, educação, ao lazer, profissionalização, cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

De acordo com BASTOS (2002, p. 58) “[...] a escola necessita da adesão de seus usuários (não só de alunos, mas também de seus pais ou responsáveis) aos propósitos educativos a que ela deve visar, e que essa adesão precisa redundar em ações efetivas que contribuam para o bom desempenho do estudante”.

Portanto, o envolvimento de toda a comunidade escolar é condição para o alcance dos objetivos traçados pela escola, onde a gestão deve estar relacionada com a sociedade, possibilitando mecanismos que venham contribuir para melhor qualidade da educação.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do presente trabalho fica evidente que para o gestor escolar realizar um bom trabalho na realidade escolar em que lhe for apresentada é necessário preparo pedagógico e conhecimento da contextualização em que a escola esteja inserida, além de conhecer normas e leis que direcionam o trabalho da educação como um todo. Precisa-se também do envolvimento da família, para que os desafios postos a educação com ênfase na escola municipal Coronel Melvino Ferraz não seja entendido somente como responsabilidade da escola, mas, também da família, da comunidade e de toda a sociedade.

A ausência de muitas famílias no processo educacional no Brasil limita a consolidação da democracia no interior de nossas escolas, desenvolver em nível de escola projetos de inserção das famílias é falar de democracia.

As relações entre escola-família na Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz ainda são verticalizadas. As famílias não se sentem e não se fazem presentes segundo a ótica dos profissionais da escola. É necessário definir estratégias conjuntas com o objetivo de inserir as famílias nos processos decisórios da escola como condição singular para a construção de uma gestão participativa, autônoma e democrática.

Outro aspecto limitante é que a escolha dos gestores da instituição não é realizada em forma de gestão democrática e participativa, na maioria das vezes é realizada por indicação. A defesa de um regimento com eleições diretas para a escolha do diretor da instituição é urgente, pois a escola deve ter autonomia administrativa, financeira e pedagógica, caso contrário não se pode falar em gestão democrática.

Ressalto aqui que o papel do gestor que pode ser o coordenador ou o diretor da unidade escolar é fundamental. A escola precisa incluir os historicamente excluídos. A família precisa opinar sobre o Projeto Político Pedagógico, e em todos os segmentos que cabem à participação da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, João Baptista (org). **Gestão Democrática – O Sentido da Escola**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. **Interação escola-família: subsídios para práticas escolares**. (Org.) Jane Margareth Castro e Marilza Regattieri. Brasília : UNESCO, MEC, 2009.

BRASIL. Lei 9394/96 - **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em 30/10/2013.

CASARIN, Nelson Elinton Fonseca, RAMOS, Maria Beatriz Jacques: **Relato de experiência, Família e Aprendizagem Escolar**. Rev. Psicopedag. Vol. 24 no. 74 São Paulo, 2007.

CHALITA, G. Educação: a solução está no afeto. 8ª ed. São Paulo: Gente, 2001.
Estatuto da criança e do adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. São Paulo: CBIA-SP, 1991.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **O minidicionário da língua portuguesa**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

MENESES, João Gualberto de Carvalho, et al: **Estrutura e Funcionamento da Educação Básica**. 2º. ed. atual. São Paulo: Thomson Learning, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. 5ª. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LOPES et al. **500 anos de educação no Brasil**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MARTINS, Jose José do Prado. **Administração escolar: uma abordagem crítica do processo administrativo em educação**. São Paulo, : Atlas, 1994.

MEC/UNESCO. **Escola interação família: subsídios para práticas escolares.** Castro, M. Regattieri, M. Brasília: UNESCO, MEC, 2009, 104p.

NÉRICI, Imídeo G. **Lar, escola e educação.** São Paulo: Atlas, 1972.

OLIVEIRA, João; MORAES, Karine; DOURADO, Luiz. **Conselho Escolar e autonomia: Participação e Democratização da Gestão administrativa, Pedagógica e Financeira da educação e da Escola.** UFG, 2010.

OLIVEIRA, João; MORAES, Karine; DOURADO, Luiz. **Gestão Financeira e Descentralizada: Planejamento, Aplicação e Acompanhamento de recursos.** UFG, 2010.

PARANÁ. **Gestão escolar.** (org.) Elma Julia Gonçalves de Carvalho [et al.]. Maringá, PR : Secretaria de Estado da Educação do Paraná: Universidade Estadual de Maringá, 2008.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL CORONEL MELVINO FERRAZ.

TIBA, Içami Henrique. **Disciplina, limite na medida certa.** São Paulo: Gente, 1998.

VALERIEN, Jean: **Gestão da escola fundamental: subsídios para análise e sugestão de aperfeiçoamento-** 9. Ed. – São Paulo: Cortez: UNESCO; Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2005.

VARANI, Adriana, SILVA, Daiana Cristina – **A relação família-escola: implicações no desempenho escolar dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental.** R. Bras. Pedag., Brasília, v.91, n. 229, p. 511-527, set/dez.2010.

VIEIRA, Sofia Lerche (org). **Gestão da escola desafios a enfrentar/** Claudia Davis... [et al.];- Rio de Janeiro: DP&A, 2002. Editora DP&A.

ANEXOS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

Questionário para realização de entrevistas.

O presente questionário servirá como norteio para realização de entrevistas juntamente com professores e gestores da Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz situada no município de Rubim. O objetivo do questionário é estabelecer pontos centrais para serem abordados na entrevista com a finalidade de compreender sobre a participação da família na escola e como é a relação entre, gestores, professores, alunos e família.

1- Como é a relação entre aluno, professor e gestores no dia-a-dia?

() Ótima () Bom () Regular () Péssima

2- Como é a relação entre Pais/ Responsáveis, professor e gestores no dia-a-dia?

() Ótima () Bom () regular () Péssima

3- Como você avalia a participação dos pais ou responsáveis na vida escolar dos filhos?

() Ótima () Bom () Regular () Péssima

4- Os alunos tem boa frequência nas aulas?

() Sim () Não () As vezes

5- Os pais/responsáveis tem costume de visitar a escola para averiguar se realmente os filhos estão presentes e como é o comportamento destes em sala de aula?

() Sim () Não () As vezes

6- Existem elevado número de advertências aos alunos?

() sim () não () Não me lembro

7- Se sim como os pais reagem a estas advertências sempre que são comunicados?

A - () Se fazem de preocupados mas não se importam com o problema;

B- () querem compreender o porque e buscar solucionar o problema juntamente com a escola.

8- O gestor tem boa abertura para a participação da família na escola?

Sim Não As vezes

9- A família se sente parte da escola?

Sim Não As vezes

10- Existem boa participação dos pais/ responsáveis nas reuniões escolares?

Sim Não As vezes

11- A metodologia utilizada pelo professor no dia-a-dia facilita a aprendizagem dos conteúdos para os alunos?

sim não às vezes

12- Os alunos se sentem à vontade para fazer perguntas ao professor quando não compreendem o conteúdo?

sim não às vezes

13- A família conhece os seus direitos e deveres na escola?

sim não



ESCOLA MUNICIPAL CORONEL MELVINO FERRAZ

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**MARIA SILMA GOMES DA SILVA
MARILENE CAITANO REIS ALMEIDA SOARES
ROSINAN CAIRES PEREIRA
SÉRGIO PEREIRA ANDRADE**



ESCOLA MUNICIPAL CORONEL MELVINO FERRAZ

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Denise França Stehling do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	04
1. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO	07
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	09
2.1. Estrutura Organizacional administrativa	09
2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica	13
3. CURRÍCULO	14
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	19
5. PROCESSOS DE DECISÃO	21
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	22
7. AVALIAÇÃO	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	29

INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz, integrante da rede municipal de ensino, está localizada à Rua dos Guaranis, 310, no Bairro Guaraná na cidade de Rubim, Minas Gerais.

Fundada em 08 de março de 1966 e ofertando inicialmente o ensino de 1ª a 4ª série, através do decreto de Lei nº 8178, de 22 de fevereiro de 1965 a Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz que recebeu este nome como forma de homenagear um ilustre morador do município, passou atender seus primeiros alunos.

Pela portaria do Diário Oficial de Minas Gerais de 20 de janeiro de 1966, foi autorizado o seu funcionamento como instituição escolar. Em 1998 foi municipalizada, tendo em vista o disposto na Constituição Federal sobre a divisão das responsabilidades educacionais com os municípios.

Sob a jurisdição da Superintendência Regional de Ensino de Almenara da qual recebe orientações para funcionamento devido à rede municipal não possuir sistema próprio, e tendo a Secretaria Municipal de Educação (SME) de Rubim como entidade mantenedora, a Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz presta serviços educacionais nos turnos matutino e vespertino nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. Atualmente, atende novecentos e quarenta alunos em regime regular, sendo que, cento e cinquenta desses permanecem na escola em tempo integral. Para atender a esse público a escola conta com dezessete professores nos anos iniciais, quinze nos anos finais, quatro especialistas, um diretor pedagógico, dois auxiliares de secretaria, duas bibliotecárias, dois professores eventuais, dois vice-diretores e dezoito serviçais. Os alunos que permanecem em tempo integral contam com um coordenador e dez monitores de apoio às oficinas.

Os alunos atendidos são, em sua maioria, oriundos das áreas periféricas da cidade, filhos de pequenos comerciantes, funcionários públicos das redes estaduais e municipais, pequenos agricultores. A maioria das famílias tira o seu sustento do mercado de trabalho informal, fato que se constata pela falta de oportunidades de empregos fixos na cidade e pelo alto índice de analfabetismo.

Assim sendo, a escola procura minimizar essa carência oferecendo dentro de suas possibilidades o acesso dos alunos a apresentações artísticas; danças,

músicas, esportes, gincanas culturais, rua de lazer; dinâmicas motivacionais, projetos interdisciplinares, palestras, festas regionais, passeios, Programa Saúde na Escola; Educação em Tempo Integral, tudo isso dentro de uma perspectiva inovadora e, sobretudo de uma escola que mesmo diante de dificuldades procura ser inclusiva.

Parte do alunado é adjacente do campo, tendo o transporte disponibilizado pela SME para a sua locomoção de casa para a escola, porém, no período chuvoso há interrupções no transporte por falta de pavimentação nas vias do campo, comprometendo assim a frequência dos alunos e, conseqüentemente, sua aprendizagem.

Desde 2012, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde a escola aderiu ao Programa Saúde na Escola, desenvolvendo o mesmo com a comunidade escolar com o objetivo de sanar alguns problemas básicos de saúde existentes como obesidade infantil, desnutrição, cárie dental, deficiência visual e auditiva. Quando um destes problemas é identificado, a escola por meio dos profissionais da saúde que trabalham no programa encaminha o respectivo aluno para tratamentos mais específicos.

Diante do exposto, fica claro que o papel de liderança do gestor torna-se cada vez mais complexo à medida que ele assume o seu papel de articulador principal do processo de construção da Proposta Político Pedagógica, que segundo Azevedo (2010), é o documento que dá sentido ao trabalho escolar, bem como mostra o papel da escola e dos professores na construção de uma educação de qualidade social.

Sabe-se ainda que há muito o que ser feito para que a cada ano, ao ser revisado, o Projeto Político Pedagógico assuma seu real significado que se pauta no princípio democrático de participação, pois a participação dos pais e da comunidade é pouco significativa em termos numéricos, mas aqueles que se dispõem a participar o fazem com muito empenho por compreenderem, que as mudanças só ocorrerão com a participação de todos aqueles que utilizam a escola não somente como um local onde se aprende a ler e a escrever, mas um lugar especial em que os seus filhos estão aprendendo a serem participativos, críticos e mais preparados para os desafios da vida em sociedade.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico se deu de forma tranquila com a participação de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar, porém a participação das famílias dos alunos foi bem tímida. Levando-se em consideração o quantitativo de 960 alunos a participação dos pais poderia ter sido mais consistente, quando compareceram apenas 200 pais, porém os que se dispuseram a ir deram contribuições muito valiosas.

Portanto este documento representa a alma da Escola, pois quando se pensa em democratização da gestão do ensino depara-se com a necessidade de ampliar os espaços de diálogo onde todos, famílias, alunos, cidadãos da comunidade e servidores possam sugerir e propor, não ficando apenas resumido à participação de pequenos grupos que representam a coletividade.

1 – FINALIDADES DA ESCOLA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) em seu artigo 2º, página 01, define que a Educação Básica tem por finalidade “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. É claro para todos, que a lei sozinha não encerra em si a possibilidade de mudar uma realidade, mas quando se esforça em conjunto: pais, comunidade e demais servidores da instituição, estabelece-se referenciais para uma ação transformadora.

A Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz tem como missão desenvolver mecanismos para melhorar a formação do alunado, desenvolvendo competências para criticar, participar e enfrentar a sociedade em que vive, preparando-os para o exercício da cidadania, oferecendo um ensino de qualidade, atendendo as especificidades de cada aluno e necessidades regionais num processo que se desenvolve “nos diversos momentos da prática pedagógica, ou seja, no ato de ensinar, nas lutas políticas, no planejamento, na organização pedagógica da escola, na gestão, na relação com a comunidade”, conforme Dourado (1998, p.90).

Para Grosbaun (2001, p.19) a concepção de ensino aprendizagem está fundamentada no sociointeracionismo, o qual entende que nos tornamos sujeitos humanos somente com a interação com outros seres humanos. Assim, a Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz, compreende que o conhecimento é construído nessa interação do sujeito com o meio social e esta escola tem papel central na promoção da construção desse conhecimento, garantindo o saber sistematizado necessário ao exercício da cidadania plena.

É sob esse olhar que a escola alicerça seu trabalho pedagógico, formando o ser humano, além do processo tradicional, buscando assumir uma dimensão maior e

essencial em trabalhar com as crianças e adolescentes os aspectos relacionados à afetividade, à formação da cidadania, ética, sexualidade e moralidade; buscando interferir no processo histórico de forma positiva e na vida de todo o alunado, fazendo cumprir o seu papel na sociedade em que está inserida.

Há entre os profissionais da educação um discurso sobre a baixa qualidade da educação brasileira de um modo geral, mas é preciso que a escola contribua para desenvolver no alunado as capacidades necessárias ao exercício da cidadania com liberdade. A compreensão do conceito do que vem a ser qualidade da educação deve se dar de forma ampla, já que são amplos os elementos a serem considerados ao identificá-lo ou mensurá-lo. O processo educativo, que é um fenômeno complexo, é uma das práticas sociais mais importantes para a humanidade e não poderia deixar de sê-lo para a Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz que estabelece assim suas finalidades:

- Promover o acesso ao uso das novas tecnologias, pois se vive em tempos de extrema utilização dos mecanismos que facilitam a apreensão de informações, ficando a instituição escolar com a incumbência de estimular os processos de transformação destas informações em conhecimentos. Dourado (2010, p.10) afirma que “é necessário dotar as escolas com suporte tecnológico que permita transmitir aos educandos novas habilidades na aquisição de informações e conhecimento.” Nessa perspectiva, entende-se que o trabalho pedagógico ao envolver as novas tecnologias promove a diminuição das desigualdades sociais, trazendo equidade para a vida dos educandos, pois contribui para que eles tenham igualdade de oportunidades.
- Garantir o direito à formação global, considerando as dimensões crítica, social, ética, ambiental e cognitiva, possibilitando ao educando conhecer e intervir em sua realidade social.
- Efetivar condições e possibilidades de acompanhamento e participação dos pais, responsáveis e comunidade em geral no processo educacional. Mesmo enfrentando problemas inerentes ao desenvolvimento dessa prática, a escola tem avançado no sentido de trazer a comunidade escolar a uma maior participação nas decisões, seja em reuniões de pais e mestres, conselhos, assembleias, apresentações de projetos, participação na reelaboração do PPP, fazendo com que a gestão assuma características de democracia necessária ao crescimento da

mesma. Essa concepção fundamenta-se no que diz Dourado (2010, p.07) que “a visão dos agentes escolares e da comunidade sobre o papel e as finalidades da escola e do trabalho nela desenvolvido” reflete em seu conceito de qualidade. Entendemos que fortalecendo as instâncias de participação, fortalece-se a escola que passa a ter as características e desejos dos seus usuários que, tendo motivos para escolhê-la como instituição a qual confiam seus filhos, possam ainda contribuir para estabelecer uma escola de qualidade.

- Oferecer boas condições de trabalho e formação a professores e funcionários sendo que Dourado (2010, p.07) diz que “a qualidade da escola implica a existência de insumos indispensáveis, de condições de trabalho e de pessoal valorizado, motivado e engajado no processo educativo.” Entretanto, embora muitos esforços estejam sendo empregados para atingir padrões mínimos de qualidade, ainda não dispomos das condições necessárias para um trabalho pedagógico eficaz.

Apesar do exposto, a escola vem melhorando os resultados das avaliações sistêmicas, como o SIMAVE que também tem seus resultados vinculados ao conceito de qualidade.

De modo geral, a Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz tem buscado definir e implementar uma educação de qualidade que dê mais ênfase ao processo que ao produto, certos de que os frutos colhidos dependerão desta visão de que o ser humano em formação apresenta-se em sua totalidade e não em partes, organizando assim seu trabalho escolar de modo a atingir estas finalidades.

2 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional de uma escola compreende dois tipos básicos de estruturas: a administrativa e a pedagógica. Apesar de assim serem organizadas, muitas vezes uma perpassa o campo de atuação da outra, o que não é prejudicial já que, apesar de distintas elas se complementam.

Não se pode falar em qualidade da educação sem se pensar em estrutura organizacional, já que a forma como a escola se organiza é fundamental à consecução do fim que se pretende atingir. Dessa forma, pode-se inferir que se a escola preza pela qualidade ela deve ter coerência em sua forma de organizar-se

administrativa e pedagogicamente para atingir os objetivos educacionais pelos quais ela trabalha.

2.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA

A Escola Municipal Cel. Melvino Ferraz tem um bom padrão de construção em alvenaria, porém como o prédio é muito antigo, não atende às demandas de sua atual clientela. O prédio construído para atender cento e cinquenta alunos, atende hoje a mil e cem e, apesar de ter vários dos seus espaços ampliados, alguns como os banheiros, continuam da mesma forma e com a mesma capacidade.

As instalações elétricas também são inadequadas, visto que na época de sua construção a escola não contava com a quantidade de eletroeletrônicos e iluminação que hoje são necessários ao seu funcionamento. A escola é toda murada, porém os muros são baixos, não estão em bom estado de conservação, apresentando-se sujos, sem pintura, além de não possuir cobertura que proteja alunos e pais das intempéries enquanto aguardam para entrar.

O espaço físico da secretaria não atende às demandas da escola, por isso parte da documentação da escola está distribuída em outros locais dentro da instituição. A secretaria possui dois computadores, armário de aço, sete escaninhos, quatro mesas, duas impressoras e um projetor multimídia.

A infraestrutura da Biblioteca também está inadequada para o funcionamento de atividades extraclasse, por não comportar nem mesmo uma turma completa por vez adequadamente e, além disso, o acervo é bem restrito com um número aproximado de trezentos e cinquenta exemplares em estado aceitável para utilização.

A sala de professores, com apenas um sanitário, é pequena e sem ventilação, obrigando os mesmos a guardarem seus materiais em outras instalações. O pátio é amplo, mas não é adequado ao número crescente de alunos. Atualmente é insuficiente tanto para atividades recreativas quanto para as apresentações dos trabalhos desenvolvidos.

O refeitório não apresenta espaço nem condições ideais para alunos do ensino regular. Contudo, atende satisfatoriamente os alunos que permanecem na escola em tempo integral que são cento e cinquenta. A cozinha atende aos padrões

de higiene e salubridade. Os alimentos são armazenados em almoxarifados supervisionados pela nutricionista do Município. A cozinha é composta por um fogão industrial, um forno industrial, uma geladeira, dois freezers, duas pias e uma despensa. No refeitório há uma bancada de *self service* em inox, um bebedouro que fornece água gelada. Ele conta ainda, com dez mesas e vinte bancos onde são servidas as refeições dos alunos do tempo integral e dos anos finais do ensino regular, sendo que os alunos dos anos iniciais recebem o lanche e voltam para a sala de aula para fazerem a refeição devido à falta de espaço. A merenda oferecida aos educandos é de boa qualidade, sendo que o cardápio escolar é elaborado por uma nutricionista que agrega ao mesmo produtos regionais frescos adquiridos através da agricultura familiar. Os recursos para obtê-la vêm através do Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE que através da Resolução 38/2010 define as formas de utilização dos recursos define também que 30% destes devem ser destinados às compras da agricultura familiar.

Além dos recursos destinados à aquisição da alimentação a escola recebe ainda, recursos financeiros do FNDE que são: PDDE- Programa Dinheiro Direto na Escola e o PDE- Programa de Desenvolvimento da Educação direto no Caixa Escolar Walmir Almeida Costa. Esses recursos destinam-se à aquisição de mobiliário, equipamentos, manutenção, ampliação, construção, bem como compras de materiais de consumo. A aplicação destes recursos é norteadas pelas disposições contidas no Decreto Estadual nº 45 085/09 e a Resolução de SEE nº 2245 de dezembro de 2012. Além disso, os profissionais da educação, Colegiado e Conselho Fiscal são consultados sobre as necessidades da escola, fazendo com que o recurso seja utilizado da maneira para a qual foi destinado.

A escola possui ainda um laboratório de informática com acesso à internet com vinte computadores funcionando satisfatoriamente, proporcionando a execução de práticas de informática. A escola também dispõe de cem net books para o trabalho com os alunos do tempo integral.

As dezenove salas de aula da escola oferecem boas condições de iluminação e ventilação, mas existem algumas que precisam ser reformadas, pois a pintura já está bastante desgastada.

O espaço para a prática de Educação Física é cedido pelo Município e por uma escola estadual vizinha em quadras que não pertencem à escola, ambas

localizadas em ambientes onde há necessidade de deslocamento dos alunos que o realizam caminhado duas vezes por semana.

O corpo docente da escola é formado por profissionais com formação superior que trabalham utilizando os seguintes equipamentos: quadro negro, giz, um data show, dois televisores, três aparelho de DVD, jogos, recursos audiovisuais, livros didáticos, vinte micro sistemas, um note book, etc.

O quadro de pessoal é composto da seguinte forma:

Anos iniciais do Ensino Fundamental			
Ano	Turmas	Nº de Profissionais	Formação
1º	05	05	Superior Completo
2º	04	04	Superior Completo
3º	03	03	Superior Completo
4º	05	05	Superior Completo
5º	05	05	Superior Completo
Total	22	22	-

Anos Finais do Ensino Fundamental			
Ano	Turmas	Nº de Profissionais	Formação
6º	04	06	Superior Completo
7º	03	06	Superior Completo
8º	02	04	Superior Completo
9º	02	04	Superior Completo
Total	11	20	

Educação Integral			
Ano	Turmas	Nº de Profissionais	Formação
Serviçais	Mat/vesp.	02	Superior Completo
Monitores	Mat/vesp.	06	Superior Completo
Professores	Mat/vesp.	06	Superior Completo
Supervisores	Mat/vesp.	04	Superior Completo
Coordenador	Mat/vesp.	01	Superior Completo

Demais Servidores			
Função	Turno	Nº de Profissionais	Formação
Serviçais	Mat/vesp.	16	Ens. Fund. Incompleto
ATB	Mat/vesp.	02	Superior Completo
Vice diretor	Mat/vesp.	02	Superior Completo
Supervisores	Mat/vesp.	04	Superior Completo
Bibliotecárias	Mat/vesp.	02	Superior Completo
Eventuais	Mat/vesp	02	Superior Completo

2.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA

No ano de 1998 a escola, mesmo em um contexto de muitas manifestações contrárias por parte de pais e professores, passou a fazer parte da rede municipal de ensino. A municipalização ocorreu em face do exposto na LDB 9394/96 que em seu capítulo 11, inciso V esclarece que os municípios incumbir-se-ão de oferecer prioritariamente o ensino Fundamental. Por não haver sistema de ensino próprio, ela continuou a seguir os parâmetros estabelecidos para as escolas da rede estadual.

A escola oferece Educação Fundamental e desde 2006 pelo Parecer 18/2005 deu a possibilidade aos alunos de seis anos ingressarem nos anos iniciais do ensino fundamental após terem sido devidamente cadastrados conforme sugere a LDB Art. 5º - §1º inciso I que o poder público, na esfera de sua competência, deverá recensear as crianças e adolescentes em idade escolar. Os alunos que, por ventura, não forem cadastrados gozam do mesmo direito público e subjetivo de ingressar na escola desde que devidamente presente a documentação exigida.

Os alunos são enturmados pela equipe gestora em conjunto com a pedagógica, utilizando como principal critério a idade do aluno. O número máximo de alunos por turma é de trinta e cinco, mas nenhuma turma dos anos iniciais está com este número, já que a escola entende que nos anos iniciais da alfabetização é preciso reduzir este número para poder atender melhor o alunado. A escola utiliza a prática de agrupamentos temporários por tempo preestabelecido onde os alunos com maiores dificuldades ficam agrupados em uma mesma sala e após terem suas dificuldades superadas retornam à sua sala de origem para prosseguir em seus

estudos. Este procedimento se aplica prioritariamente aos alunos com deficiência no processo de alfabetização, visto que a Resolução 2197 em seu artigo 60º “Considera que o processo de alfabetização e o zelo pelo letramento são a base se sustentação para o prosseguimento de estudos com sucesso”.

As reuniões para planejamento ocorrem a cada início do ano letivo e após esta data, acontecem semanalmente às segundas feiras, extra turno, às 18:00 horas. Durante esses encontros são repassados recados referentes ao trabalho escolar, decisões são tomadas em conjunto para resolver questões que permeiam o ambiente escolar, são feitas algumas reuniões de pais, preferencialmente aqueles que moram na zona urbana sendo que para os pais oriundos da zona rural as reuniões são realizadas no início do turno de trabalho.

A comunidade escolar reúne apenas uma vez ao ano para atualizar o Projeto Político Pedagógico, tomar conhecimento dos resultados das Avaliações Sistemáticas e saber quais estratégias serão adotadas no PIP- Programa de Intervenção Pedagógica. Devido o grande número de alunos e pela falta de espaço para receber os pais a maioria das decisões é tomada pelo Colegiado Escolar que mesmo tendo representantes de todos os segmentos da comunidade ainda é um número pequeno. O desejo da comunidade escolar é que haja assembleias onde todos possam participar, opinando e propondo sobre o que consideram importante para a melhoria da qualidade da educação ofertada pela instituição escolar.

3 – CURRÍCULO

O currículo da Escola Municipal Cel. Melvino Ferraz é elaborado pela Secretaria Municipal de Educação em conformidade com as orientações dadas pela Superintendência Regional de Ensino. Dia após dia, tem-se buscado a superação, pois de acordo com Lopes (2006), é preciso superar modelos verticalizados das relações entre Estado e escolas, que reservam a estas, papel subordinado de implementação dos currículos organizados sem a participação da mesma.

O calendário escolar é elaborado com a participação da comunidade escolar, que é responsável por verificar o cumprimento dos dias letivos estabelecidos em lei e também propor os dias para culminância de projetos, estudos orientados, reuniões pedagógicas, conselhos de classe, dias letivos e dias escolares.

Considera-se como dia letivo aquele em que professores e alunos desenvolvem juntos atividades de aprendizagem, independentemente do local onde sejam realizadas e dia escolar aquele no qual são realizadas atividades de caráter pedagógico e/ou administrativo, com a presença obrigatória apenas do pessoal docente, técnico e administrativo.

As atividades escolares realizadas na sala de aula e outros ambientes educativos, para trabalhos teóricos e práticos, necessários à plenitude da ação formadora, serão obrigatórios para todos os alunos com o efetivo registro da frequência do aluno e efetiva orientação do pessoal habilitado.

As aulas previstas no calendário escolar podem ser suspensas somente em decorrência de situações que justifiquem tal medida, ficando sujeitas a compensação do dia letivo e da carga horária correspondente, em comunicação imediata à Superintendência Regional de Ensino através de ofício, assinado pelo diretor e aprovado pelo colegiado.

O tempo escolar é de quatro horas e vinte minutos para os anos iniciais e quatro horas e meia para os anos finais do ensino fundamental, totalizando duzentos dias letivos onde o professor com sua criatividade e seus objetivos, divide a rotina da criança e adolescente em trabalhos dentro e fora da sala de aula. A apuração da frequência deve ser realizada em cada período e/ou ano letivo, observando o disposto na lei n.º 9394/96 e nos pareceres CEE/ MG n.º 1.132/97 e 1.158/99 em que está estabelecido que o aluno deve, obrigatoriamente, participar em pelo menos 75% do total da carga horária prevista. Os alunos que não atingirem esta meta serão reclassificados de modo que eles não tenham prejuízos de aprendizagem.

A escola busca articular o processo da construção do conhecimento, a partir das atividades propostas em Português, Matemática, Geografia, História, Ciências, Artes, Educação Religiosa, Educação Física, Vida Cidadã e Informática de forma interdisciplinar. Considerando a complexidade dos objetivos e a necessidade de sistematizá-los, a escola adota um sistema próprio de classificação e reclassificação conforme Parecer CEE nº 1132/97 de 21/11/1997 e Parecer CEE nº 1158/1998, desde que saiba precisar os níveis de desempenho dos alunos. Dessa forma os alunos que evadiram da escola há muito tempo tem a oportunidade de realizar avaliações que, se positivas, conferem aos mesmos o documento de conclusão dos anos iniciais do ensino fundamental.

Acreditamos que é preciso incluir no cotidiano das crianças a vivência de valores essenciais para a sobrevivência da comunidade, como cooperação, a justiça, o respeito ao próximo e a avaliação do trabalho. E através dos conteúdos e das experiências, que a escola proporciona a construção da aprendizagem sistematizada, tida como desejáveis na formação das novas gerações, desenvolvendo os valores. Os conteúdos são importantes à medida que constituem quesito básico sobre o qual o aluno constrói e reestrutura o seu conhecimento.

As mudanças ocorridas na sociedade em que a escola está inserida colocam o currículo no centro do processo de ensino aprendizagem fazendo com que, mais que somente conteúdos, a serem ministrados o Currículo seja o orientador principal as práticas que garantirão a apreensão do conhecimento. Dessa forma, o currículo, deve levar em consideração a diversidade dos sujeitos com o qual a escola trabalha e, sobretudo, qual concepção de sociedade que se deseja formar.

A organização curricular estabelecida para a escola leva em consideração as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que em seu Artigo 26º estabelece que:

Os Currículos do Ensino Fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (BRASIL, 1996, p.11).

Dessa forma o currículo é composto dos conteúdos da Base Nacional Comum: Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Ciências, Artes (música), Educação Física e Educação Religiosa nos anos iniciais do Ensino Fundamental e Língua Portuguesa, Matemática (Geometria), Geografia (Educação Ambiental), História, Ciências, Educação Religiosa, Artes, Educação Física nos anos finais do Ensino Fundamental. Na parte diversificada, os conteúdos que vem sendo implantados são: Língua estrangeira Moderna – Inglês e Vida Cidadã. São também ofertadas aulas de Informática para os alunos dos anos finais como atividade complementar em outro turno e para os alunos da Educação Integral.

Os Temas Transversais relativos à saúde, à sexualidade, à vida familiar e social, direitos das crianças, adolescentes e idosos, educação ambiental, consumo, trânsito, higiene e alimentação estão incluídos e permeiam todo o currículo.

No ano de 2011 foi implantada a Educação Integral no nosso município. A mesma faz parte e está ligada às ações realizadas para apoiar, acolher e auxiliar os alunos com dificuldades no que tange ao ensino bem como, aqueles que necessitam de ajuda no sentido afetivo e de valorização dos mesmos. A Educação Integral oferece oficinas variadas como: capoeira, dança, xadrez, futebol, informática, conto e acompanhamento pedagógico para aqueles com dificuldades de aprendizagem.

Com o objetivo de assegurar aos alunos um processo contínuo de aprendizagem, foi adotado na escola o sistema de ciclos. Ele amplia o tempo que os alunos têm para aprender possibilitando que esses tenham avanços sucessivos na apropriação dos conhecimentos. Assim, ao final de cada ano todos os alunos do Ciclo Inicial e Complementar de Alfabetização deverão ter os seguintes direitos de aprendizagem garantidos:

1º Ano:

- a) desenvolver atitudes e disposições favoráveis à leitura;
- b) conhecer os usos e funções sociais da escrita;
- c) compreender o princípio alfabético do sistema da escrita;
- d) ler e escrever palavras e sentenças.

2º Ano:

- a) ler e compreender pequenos textos;
- b) produzir pequenos textos escritos;
- c) fazer uso da leitura e da escrita nas práticas sociais.

3º Ano:

- a) ler e compreender textos mais extensos;
- b) localizar informações no texto;
- c) ler oralmente com fluência e expressividade;
- d) produzir frases e pequenos textos com correção ortográfica.

4º ano:

- a) produzir textos adequados a diferentes objetivos, destinatários e contextos;

- b) utilizar princípios e regras ortográficas e conhecer as exceções;
- c) utilizar as diferentes fontes de leitura para obter informações adequadas a diferentes objetivos e interesses;
- d) selecionar textos literários segundo seus interesses.

5º Ano

- a) produzir, com autonomia, textos com coerência de ideias, correção ortográfica e gramatical;
- b) ler, compreendendo o conteúdo dos textos, sejam informativos, literários, de comunicação ou outros.

Os Ciclos intermediário e de consolidação do Ensino Fundamental aprofundam as competências e habilidades adquiridos nos ciclos anteriores considerando os Conteúdos Básicos Comuns – CBC e devem garantir aos alunos os seguintes direitos de aprendizagem:

- ler, de maneira autônoma, textos de diferentes gêneros, construindo a compreensão global do texto, identificando informações explícitas e implícitas, produzindo inferências, reconhecendo as intenções do enunciador e sendo capazes de aderir ou recusar as ideias do autor;
- utilizar a linguagem oral da Língua Estrangeira moderna como instrumento de Interação sócio comunicativa;
- apreciar e analisar criticamente produções artísticas (artes visuais, dança, teatro e música), estabelecendo relações entre análise formal, contextualização, pensamento artístico e identidade cultural;
- reconhecer o potencial do esporte, dos jogos, das brincadeiras, da dança e da ginástica para o desenvolvimento de atitudes e de valores democráticos de solidariedade, respeito, autonomia, confiança, liderança;
- comparar, ordenar e operar com números naturais, inteiros, racionais, interpretando e resolvendo situações-problema;

- compreender a inter-relação dos seres vivos entre si e com o meio ambiente;
- compreender o processo de reprodução na evolução e diversidade das espécies, a sexualidade humana, métodos contraceptivos e doenças sexualmente transmissíveis;
- compreender o efeito das drogas e suas consequências no convívio social;
- compreender o processo de formação dos povos, suas lutas sociais e conquistas, guerras e revoluções, assim como cidadania e cultura no mundo contemporâneo;
- compreender as formações socioespaciais do campo e da cidade, sua relação com a modernização capitalista, bem como o papel do Estado e das classes sociais, a cultura e o consumo na interação entre o campo e a cidade;
- compreender a religiosidade como fenômeno próprio da vida e da história humana, desenvolvendo um espírito de fraternidade e tolerância em relação às diferentes religiões, refletir sobre os princípios éticos e morais, fundamentais para as relações humanas, orientados pelas religiões, e agir segundo esses princípios.

4 - TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz considera que há uma forte relação entre tempo e qualidade do trabalho educativo. Pensar sobre como o tempo é utilizado em benefício da aquisição de habilidades necessárias ao desempenho da cidadania, levando-se em consideração as especificidades e as condições culturais dos educandos é uma tarefa que deve ser constante no ambiente escolar.

O Calendário Escolar foi esboçado pela equipe da Secretaria Municipal de Educação, tendo com amparo legal a Resolução nº 2197 de 26 de outubro de 2012 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96. Em seguida ele foi enviado à escola para apreciação, análise e aprovação do Conselho Escolar. O documento estabelece duzentos dias letivos que totalizam oitocentas horas anuais de trabalho

divididas em quatro bimestres e com uma jornada diária escolar de no mínimo quatro horas, assegurando a duração da semana letiva com cinco dias.

A escola adota o sistema de ciclos que pressupõe que toda aprendizagem não acontece por etapas e sim de forma cíclica, o que objetiva oferecer aos alunos oportunidades de aprendizagem que considerem o percurso escolar, único, realizado por cada um. Isso não significa que os alunos terão sua progressão de forma automática e sim de forma continuada.

Segundo Bertagna (2003, apud FREITAS, 2004) ,diz sobre isso que: “antes aprovava-se/reprovava-se ao final de cada série, agora se espera que a escola encontre diferentes formas de ensinar que assegurem a aprendizagem dos alunos e o seu progresso intra e inter-ciclos”.

Como já foi dito, a escola funciona nos turnos matutino e vespertino e os alunos do Ciclo Inicial de Alfabetização permanecem na escola por quatro horas e têm intervalo de recreio de vinte minutos que não são contabilizados na carga horária que ao final do ano somam oitocentas horas. Para os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental a carga horária diária é de quatro horas e dez minutos por dia, com cinco aulas de cinquenta minutos totalizando uma carga horária de oitocentas e trinta e três horas anuais.

Essa carga horária vem sendo aumentada desde o ano de 2010 com a adesão da escola ao Programa Mais Educação que amplia a carga horária dos cento e cinquenta alunos atendidos para sete horas e meia de permanência na escola e em ambientes externos onde acontecem as oficinas. O Programa Mais Educação, tem como objetivo ampliar a jornada escolar, com atividades que podem ser desenvolvidas dentro da escola ou, fora dela, em espaços distintos da cidade ou entorno dela de acordo com a Resolução 2197/12, art. 85, página 08. Tudo isso, por entender que a educação acontece em espaços variados e de variadas formas. Os alunos e professores têm férias no mês de janeiro e um recesso de duas semanas em julho.

Além dos dias estabelecidos no Calendário Escolar para Planejamento dos professores, eles ainda dispõem de quatro horas semanais para este fim. Duas horas são utilizadas em encontros que acontecem sempre às segundas-feiras a partir das 18:00 na própria escola e as outras duas horas utilizadas pelo professor para execução autônoma de sua tarefas de trabalho. Há também um tempo para as

formações em serviço nos finais de semana, ou seja, em horários que não comprometam a carga horária de trabalho do professor e principalmente do aluno que tem o tempo escolar como um direito que não pode ser negado. Para isso os professores recebem uma bolsa mensal de duzentos reais, cedida pelo governo federal.

O espaço escolar diz muito sobre o que se quer ensinar, pois a escola é espaço de aprendizagem. A sala de aula, a pequena biblioteca, o pátio, as áreas entre as salas, a diretoria, a sala de informática são também espaços de aprendizagem, pois neles acontecem pequenos saraus, momentos de leitura, apresentações, palestras, festas, reuniões de discussão sobre assuntos referentes à escola como um todo, exposição de trabalhos pelos corredores e apresentações durante o recreio. Tudo isso torna o espaço escolar estimulante para novas aprendizagens e diminuição das fronteiras existentes entre tempos e espaços escolares. É importante lembrar que a utilização desses espaços se dá de forma alternada em face do grande número de alunos atendidos.

Nesse sentido, o espaço escolar é sempre avaliado para assegurar condições necessárias para que todos aprendam, afinal é dentro dele que os alunos passam a maior parte do seu tempo. Enfim, a Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz tem se preocupado com a questão da estrutura física da mesma por compreender que todos os espaços físicos são também pedagógicos e com a questão do tempo, pois é nele que as aprendizagens acontecem. Organizar tempos e espaços para em uma perspectiva de aprendizagens amplas, interdisciplinares que promovam ações recíprocas entre as disciplinas melhorando a qualidade da ação de ensinar, é o foco do nosso trabalho.

5 – PROCESSOS DE DECISÃO

A administração escolar tem sido um campo de muitas transformações e análises, já que ele se constitui como mola propulsora das relações de convivência e aprendizagem existentes no âmbito escolar. A forma como os processos educacionais são geridos tem estreita relação com o alcance de metas e objetivos estabelecidos.

A gestão democrática estabelecida pela Constituição Federal e em seguida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional não está claramente conceituada, pois o que se tem é apenas a definição dos elementos básicos para sua consecução. Sabe-se, porém que, a gestão democrática:

é um processo político, através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto de ações voltadas ao desenvolvimento da escola. (SOUZA, 2010, p.01).

Na Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz a gestão democrática plena ainda não está estabelecida, pois algumas questões ainda não são decididas no interior da escola. A escolha de diretores é feita pelo gestor maior do município utilizando para isso, os critérios estabelecidos no Plano de Cargos e Carreira dos Servidores da Educação, Lei Municipal 1026 de maio de 2010, que em seu Artigo 23º estabelece que o cargo de diretor de escola seja exercido por servidor ocupante de função ou cargo das carreiras de Professor de Educação Básica e/ou especialista em Educação Básica.

As decisões de ordem administrativa e pedagógica são tomadas pela equipe gestora da escola: direção, supervisão e diretoria pedagógica em conformidade com as orientações da Secretaria Municipal que por não possuir sistema próprio, segue as instruções, da rede estadual para definir algumas questões como: calendário escolar, matrículas, registros da vida escolar e enturmação de alunos, registros da vida dos profissionais da educação, preenchimento de diários de classe, etc.

As questões de ordem financeira relacionadas ao recebimento dos recursos do FNDE: PDE e PDDE são decididas sempre com as sugestões de todos que trabalham na escola e também do Colegiado Escolar que propõem e sugerem as formas como os recursos devem ser utilizados observando as necessidades da escola e, sobretudo, do alunado. Nesse sentido, o diretor se torna o gestor das relações até que elas culminem em uma decisão que represente a vontade da maioria.

Algumas questões como designação de servidores e contratação dos mesmos, todas as compras que não estejam relacionadas aos recursos enviados pelo FNDE: PDE e PDDE são de competência da SME – Secretaria Municipal de

Educação que tem funcionários designados para estas funções, mas que consultam sempre a equipe gestora da escola que se faz presente nesses momentos.

Para auxiliar a gestão da escola tornando-a mais democrática contamos com alguns instrumentos como: Conselho Escolar e Conselho de Classe. Ainda falta na escola alguns órgãos como Grêmio Estudantil e Associação de pais, mas continuamos a lutar por mais espaços de participação em que todos possam contribuir para fortalecer as instâncias que já existem e implementar outras mais.

6 – RELAÇÕES DE TRABALHO

A escola é composta por um grupo de pessoas e, portanto, um grupo social e sociabilidade é condição para uma existência plena. Nesse sentido, é preciso buscar coletivamente um clima propício a relações de respeito, apoio e tolerância que objetive o crescimento deste grupo na busca por soluções dos problemas que são comuns a todos. Mas, nem sempre atuar em conjunto significa que não haja divergências de opiniões e pensamentos, afinal somos diferentes.

Cada pessoa que forma a comunidade escolar teve uma formação única, experiências familiares, formação de caráter e personalidade diferentes e, que acabam por influenciar a maneira como nos relacionamos com o outro. Não há como desvincular o ser humano de todo contexto em que ele vive, assim neste entrelaçamento entre o que vivemos e quem somos estabelecem-se as relações na Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz.

A relação entre professor e aluno é constantemente refletida em momentos em que os professores se reúnem. Eles falam das dificuldades enfrentadas diariamente, pois alguns alunos dizem simplesmente não estarem interessados nas aulas e que vem à escola por imposição dos pais ou do sistema que oferece uma bolsa pecuniária para os alunos que são frequentes nas aulas. Mas, este comportamento não é comum, visto que esses casos são esporádicos e expressivamente relatados pelos professores dos anos finais onde os alunos atingem a adolescência ficando mais difícil que o professor consiga vencer a batalha invisível travada entre o que ele oferece e o que os alunos desejam da escola dos nossos dias.

É claro, como dissemos anteriormente, que desencontros e divergências são atos comuns em qualquer relação que envolva seres humanos, mas ainda assim pode-se dizer que a relação entre professor e aluno na Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz ainda é considerada boa. Em se tratando da realidade atual de todo o mundo, os casos de atrito entre professor e aluno são exceções no processo pedagógico, principalmente porque os professores têm plena consciência de que, o sucesso do seu trabalho e conseqüentemente do aluno, está estreitamente relacionado ao tipo de relação existente entre eles. A base para um ambiente favorável ao desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem é o respeito.

Fritzen (1987, p. 73) afirma que “as relações interpessoais constituem a medula da vida”, assim quando há respeito entre professor e aluno os conflitos podem ser resolvidos com mais eficiência. Valorizar as atitudes tomadas pelo aluno que demonstrem progresso no desenvolvimento de suas atitudes é um caminho a ser seguido e acaba por quebrar todo e qualquer complexo de inferioridade que possa haver nessa relação, pois somos iguais e o professor é também mediador da aprendizagem e ao mesmo tempo aprendiz.

A relação entre os professores é harmoniosa e quando há divergência elas são de opinião e não relacionada com a pessoa. Cultiva-se uma relação que traga a todos prazer e satisfação pois quando há agressão, ocorre o inverso disso, trazendo sensações de desconforto e mal estar. Os alunos também relacionam bem entre si. Casos de agressão física ou verbal não são uma constante no cotidiano escolar e quando eles ocorrem são geralmente gerados fora da escola e trazidos pelos alunos para dentro da instituição. Quando isso ocorre todos se esforçam para dirimir tais conflitos respeitando sempre a área de atuação de cada um, pois há situações de pouca gravidade que podem ser resolvidos pelos gestores, outras vezes é necessário a presença do Conselho Tutelar e, em casos extremos, pede-se suporte a Polícia Militar.

Cabe salientar que todos os casos e sua gravidade são expressos no Regimento Escolar, mas o que se busca é uma escola que acolha e que não exclua, dando oportunidade sempre ao aluno por considerá-lo um ser que está aprendendo não somente as letras mas, sobretudo, a ser cidadão.

No que se refere a relação do gestor com alunos, professores, pais e demais profissionais que trabalham na escola, pode-se dizer que ela é boa. De acordo com

Cury (2001), a palavra gestão vem do verbo latino *gero, gessi, gestum, gerere* significa: “levar sobre si, carregar, gerar”. Isso significa que o gestor é responsável pelo bom desempenho das relações entre todos que compõem a escola. Sabe-se também que está não é uma tarefa simples e acaba por ser uma das maiores dificuldades, já que esta implica em gerenciar os conflitos dessa relação.

Nesse sentido busca-se uma relação que refute a imagem de um dirigente tecnocrático que apenas comanda seus subordinados, mas aquele que utiliza essa relação entre todos como meio eficaz para sua intervenção. Não se pode negar que existem especificidades hierárquicas no interior da escola, mas não se objetiva a perpetuação da diferença, mas a parceria entre todos, afinal gestão implica sempre a presença do outro.

Atuar em conjunto considerando a diversidade de pontos de vista deve ser sempre vista como uma ação que direciona o enriquecimento do grupo que tem a oportunidade de ampliar ou até mesmo mudar a forma como se vê as coisas. Espírito de trabalho coletivo, com diferenças que não se constituem entraves, é foco do trabalho e das relações existentes dentro do ambiente escolar.

7 – AVALIAÇÃO

A avaliação é uma das etapas mais importantes dentre os processos escolares, pois é através dela que obtemos os dados necessários à análise da qualidade do serviço educacional prestado pela escola. Esta concepção de avaliação é que permeia o ambiente escolar, já que nos últimos tempos temos caminhado para uma concepção de avaliação que busque subsídios para a melhoria e aperfeiçoamento da qualidade da nossa educação que é expressa através da consolidação da aprendizagem e formação do alunado.

De acordo com essa concepção, consideramos a avaliação como um instrumento de melhoria da educação à medida que ela identifica dificuldades e avanços para a partir daí, organizar as ações que darão aos alunos a oportunidade de, progredir nos estudos reafirmando o compromisso de ensinar cada vez mais e melhor.

A avaliação é algo que ocorre constantemente no cotidiano escolar, porém ela só ocorre de forma sistemática e organizada para os alunos que são avaliados

desde o primeiro dia de aula pelo professor/supervisor/gestor como forma de direcionar o trabalho. O professor avalia o aluno de várias formas não utilizando somente avaliações escritas: as atitudes, as formas de interpretação, o caminho percorrido para concluir algo. Tudo é criteriosamente analisado na verificação dos avanços no processo de ensino aprendizagem dando à ela um caráter intencional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96 em seu Artigo 24º, Capítulo II, inciso V estabelece que a verificação do rendimento escolar deve observar os seguintes critérios:

- Avaliação contínua do desempenho do aluno com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, assim como dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.
- Possibilidade de avanço nos cursos e nas séries, mediante verificação da aprendizagem.
- Aproveitamento dos estudos concluídos com êxito.
- Obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos. (BRASIL, 1996, p.24)

Isso nos leva a refletir que esta lei é totalmente contra o fracasso escolar. É preciso que o professor verifique constantemente os avanços e dificuldades, que avaliem e até mesmo reformulem sua forma de ensinar, pois esta mesma lei deixa claro em seu artigo 13º, inciso III, que compete a eles “zelar pela aprendizagem dos alunos”. (Brasil, 1996, p.08)

A Escola Municipal Coronel Melvino Ferraz estimula e acompanha a avaliação global do aluno que deverá possibilitar:

- Permanentemente informação sobre o desempenho do aluno em relação aos objetivos do currículo em vigor;
- a prática de avaliação contínua e processual, garantindo-se os meios necessários para a recuperação do aluno em todos os níveis da educação básica;
- o fornecimento de dados para auto-avaliação da escola e informação à comunidade, quanto aos resultados do trabalho escolar, nos termos da legislação em vigor.

A avaliação da aprendizagem será compatível com a organização curricular por ano, com o princípio da progressão continuada e deverá ter as seguintes características:

- Servirá como item de reorientação do processo de aprendizagem do aluno;
- deverá ser articulada, a fim de promover o aluno à fase seguinte, com apoio do conselho de classe, da família e responsável pela parte pedagógica da escola.

Os instrumentos e situações de avaliações serão os mais variados: escritos, orais, trabalhos, provas, pesquisas individuais, em duplas ou em grupos. Todas as atividades de ensino podem ser utilizadas para avaliar. Os resultados das avaliações devem ser expressos em observações, escritas constituindo uma referência para o aluno e para sua família sobre o que o mesmo já consolidou e o que ainda deverá ser consolidado.

Os pais ou responsáveis serão bimestralmente informados sobre o desempenho do aluno através do diário do professor, fichas de desempenho e boletim onde serão registrados os progressos, dificuldades e recomendações pedagógicas.

Os resultados da avaliação serão levados imediatamente ao conhecimento do aluno pelo professor onde serão analisados os progressos e dificuldades, seguidas por um momento de reflexão com o aluno dando a ele oportunidade de rever e refazer suas produções. Os alunos serão avaliados em cada disciplina e ao longo do processo, com apresentação periódica de resultados, de modo a permitir ao longo e ao final de cada ano letivo ou período, a apreciação do seu Desempenho pelo Conselho de Classe. Com base em avaliação realizada ao final de cada ano letivo, o conselho de Classe deverá recomendar à escola, dentre as alternativas curriculares oferecidas, a que melhor se adequar às características de cada aluno.

Em relação à avaliação não se pode exigir que todos os alunos desenvolvam as mesmas habilidades cognitivas a partir dos mesmos conteúdos e dentro do mesmo período de tempo. Ritmo, tempo, maneira de aprender são próprios de cada um, portanto, é necessário que o processo de avaliação seja capaz de distinguir as diferenças que se apresenta em classe e prover o professor de informações que lhe permitam a cada momento, conhecer as necessidades dos alunos e progressos já alcançados.

Para tanto utiliza-se nesta escola das orientações da Resolução da SEE nº 2197 de 21 de outubro de 2012 que em seu Artigo 7º resolve:

A análise dos resultados da avaliação interna da aprendizagem realizada pela Escola e os resultados do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação

Pública - SIMAVE-, constituído pelo Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica - PROEB -, pelo Programa de Avaliação da Alfabetização - PROALFA - e pelo Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar - PAAE - devem ser considerados para elaboração, anualmente, pela Escola, do Plano de Intervenção Pedagógica (PIP). (MINAS GERAIS, 2012, p.13).

Dessa forma a escola trabalha não somente com a avaliação interna, mas também com avaliações externas, sendo estas são as bases para a organização do que se pretende ensinar. Os alunos que por ventura não conseguem atingir o nível recomendável nas avaliações, recebem tratamento diferenciado, com novas oportunidades de aprenderem, dentro das possibilidades, para que eles possam prosseguir.

É dessa forma que o trabalho com avaliação é desenvolvido nesta instituição, permitindo que a equipe gestora tome decisões acertadas para alcançar a melhor qualidade de ensino possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse documento é uma referência para organização do trabalho escolar, ou seja, tudo que faremos está explicitado neste documento que procura diminuir a distância entre o real e o ideal recuperando e direcionando nossas ações que muitas vezes se esvaem na correria do cotidiano escolar. Cabe ressaltar, que ele não é somente resultado das proposições legais, mas é o fruto do nosso compromisso com a sociedade e com a educação do nosso país.

Ao ser elaborado, o Projeto Político Pedagógico considerou a cultura local, o cotidiano dos alunos e de toda a comunidade para tornar-se algo que representa cada um deles. Cabe a escola agora continuar cumprindo sua função social de formação de cidadãos através do saber escolarizado, tornando-os aptos a construir sua própria linguagem, usar a informação e conhecimento como ferramentas para viver e conviver em um mundo em constante transformação.

Diante do exposto, fica claro que a sociedade atual anseia por participar das decisões relativas à escola que querem. O Projeto Político Pedagógico é a forma como esses desejos e anseios são expressos e como a escola pretende trabalhar para sanar as dificuldades existentes no cotidiano escolar. A participação na

elaboração deste importante documento é um direito de pais, alunos e demais servidores da educação, sejam eles professores ou não, garantindo o princípio da gestão democrática do ensino público.

É claro que não existem soluções mágicas, é preciso desenvolver competências para enfrentar esses desafios envolvendo todos na dinâmica educativa, mas é para isso que serve o trabalho em equipe onde todos trabalham em espírito coletivo para um bem maior.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar**. 2010. Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg> Acesso em 02/06/2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____, (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Conselho Nacional de Educação e a Gestão Democrática**. In: OLIVEIRA D. A. (org) *Gestão democrática da educação*. 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes. 2001.

_____. **O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola**. 2010. Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 12/06/2013.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. 2010. Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 12/06/2013.

_____. (Org.) **Financiamento da educação básica**. Campinas: Autores Associados; Goiânia: editora da UFG, 1999. Col. Polêmicas do nosso Tempo, v. 69.

ESCOLA DE GESTORES – MEC. **Território e Lugar: espaços da complexidade**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg> . Acesso em: 10/07/1013

_____. **Avaliação institucional: elementos para discussão**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg> . Acesso em: 10/07/1013

_____. **Avaliação da aprendizagem, avaliação institucional e gestão escolar: a síntese necessária**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg> . Acesso em: 22/07/2013

FREITAS, Luiz Carlos de. **CICLO OU SÉRIES? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espaços da escola?** GT 13 - 27ª Reunião Anual da ANPED, 2004. Disponível em: <www.anped.org.br>. Acesso em: 20/06/2013

FRITZEN, Silvino José. **Relações Humanas Interpessoais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

GONÇALVES, Jussara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão escolar e o processo de tomada de decisão**. Disponível em: <http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias>. Acesso em: 13/08/2013.

GROSBAUN, Marta Wolak. **Progestão : Como promover o sucesso da aprendizagem do aluno e sua permanência na escola?** Módulo IV - Brasília: Consed -Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

LOPES, Alice Casimiro. **Discursos nas políticas de Currículo**. Currículo sem Fronteiras. v. 6, n. 2, pp. 33-52, jul/dez 2006. Disponível em: <<http://www.org.curriculosemfronteiras/vol6iss2articles/lopes.pdf>> Acesso em: 10/06/2013

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado da Educação. Resolução nº 2.197, de 26 de outubro de 2012. **Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais.**

_____, Secretaria de Estado da Educação. Resolução nº 2.245, de 28 de dezembro de 2012. **Dispõe sobre a transferência, utilização e prestação de contas de recursos financeiros repassados às caixas escolares vinculadas às unidades estaduais de ensino.**

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa.** 2010. Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em: 10/06/2013.

_____. **Propostas curriculares alternativas: limites e avanços** - 2010. Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg.> Acesso em: 18/06/2013

NAVARRO, Ignez Pinto (et al.). **Avaliação: o processo e o produto** - 2010. Disponível em <http//moodle3.mec.gov.br/ufmg> . Acesso em: 04/06/2013

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola.** 2010. Disponível em <moodle3.mec.gov.br/ufmg> . Acesso em 02/06/2013.

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al). **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola.** Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 02/06/2013.

_____. **Avaliação institucional:: A avaliação da escola como instituição.** 2010. Disponível em <http//moodle3.mec.gov.br/ufmg> . Acesso em: 08/06/2013.

